



Direito Administrativo. Licitações e Contratos. Pregão Eletrônico. Contratação de serviços terceirizados (receptionistas, técnico em secretariado, auxiliar de escritório, motorista, copeira e carregador). Regime de Dedicção Exclusiva de Mão de Obra. Lei nº 14.133/2021. Decretos nº 10.947/2022 e 11.246/2022. Instruções Normativas SEGES nº 5/2017, 65/2021, 58/2022, 81/2022 e 98/2022. Análise jurídica do procedimento e das minutas.

Processo SEI n° 10280.724432/2024-40

1. Trata-se de processo administrativo conduzido pela Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 2ª Região Fiscal - SRRF02, que tem por finalidade a contratação de serviço terceirizados de recepcionistas, técnico em secretariado, auxiliar de escritório, motorista, copeira e carregador, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, mediante licitação pública, na modalidade pregão, conforme justificativa e especificações constantes do Termo de Referência e seus anexos.

- Fls. 001 (43241600) Protocolo do processo;
- Fls. 006 (43241603) Portaria SRRF02 233/2023 de designação da equipe de licitações e contratos;
- Fls. 009 (43241605) Documentos de formalização da demanda;
- Fls. 021 (43241609) Autorização para abertura do processo;
- Fls. 022 (43241612) Documento de formalização da demanda;
- Fls. 028 (43241614) Nota de saneamento;
- Fls. 031 (43241618) E-mail de saneamento;
- Fls. 033 (43241622) Plano de contratações 2024;
- Fls. 035 (43241624) Relatório da pesquisa de preços;
- Fls. 050 (43241625) Mapa de riscos;
- Fls. 053 (43241629) Declarações de reserva de recursos;
- Fls. 062 (43241630) Portaria RFB/COPOL 1468/2022;
- Fls. 063 (43241632) Portaria RFB/COPOL 23871/2020;
- Fls. 066 (43241634) Termo de desentranhamento das fls. 40 a 49;
- Fls. 067 (43241636) Estudo técnico preliminar;
- Fls. 087 (43241638) Termo de desentranhamento das fls. 77 a 86;
- Fls. 088 (43241640) Aprovação do ETP;
- Fls. 089 (43241644) Comprovantes de pesquisa de preços;
- Fls. 108 (43241647) Edital;
- Fls. 127 (43241650) Termo de Referência 35/2024;
- Fls. 151 (43241653) Minuta de Contrato;
- Fls. 168 (43241657) Planilhas de custos;
- Fls. 169 (43241659) Modelo de IMR;
- Fls. 171 (43241660) Locais de prestação do serviço;
- Fls. 175 (43241663) Alerta Financeiro;
- Fls. 177 (43241665) Declaração de habilitação;

Fls. 179 (43241668) Convenções Coletivas de Trabalho

2-Fls.180 (43241675) Termo de responsabilidade pelo uso de minuta-padrão;

3. É o sintético relato.

## II - FUNDAMENTOS

### Dos Limites da Análise Jurídica

4. A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme art. 53, §4.º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Dessa maneira, não há determinação legal a impor a fiscalização posterior de cumprimento de recomendações feitas pela unidade jurídico-consultiva. Na eventualidade de o administrador não atender as orientações do Órgão Consultivo, deve justificar nos autos as razões que embasaram tal postura, nos termos do art. 50, VII, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

5. Ressalte-se que o exame aqui empreendido se restringe aos aspectos jurídicos do procedimento, excluídos, portanto, aqueles de natureza eminentemente técnica, o que inclui o detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e especificações. Com relação a esses dados, parte-se da premissa de que a autoridade competente se municiará dos conhecimentos técnicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, conforme orientação constante da Boa Prática Consultiva – BPC nº 7<sup>11</sup>.

6. Feita a ressalva, passamos à análise estritamente jurídica do presente processo.

### Da Autorização para a Celebração de Novos Contratos e das Normas de Governança

7. Para atividades de custeio, deve a Administração Pública comprovar que foi obtida autorização para celebração de contrato prevista no art. 3º do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019. A Portaria ME nº 7.828, de 30 de agosto de 2022, estabelece normas complementares para o cumprimento do Decreto nº 10.193, de 2019. Tal providência deve ser adotada antes da contratação.

8. Ainda, deve ser atestado nos autos que a contratação está contemplada no Plano de Contratações Anual da entidade e alinhada com o Plano Diretor de Logística Sustentável, além de outros instrumentos de planejamento da Administração (Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, art. 7º da IN SEGES/ME nº 81, de 2022, e Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021), o que foi indicado pelo gestor no item 11 do Estudo Técnico Preliminar - ETP (fls. 74 - SEI 43241636).

9. De outro lado, reputo que nos documentos de fls. 009 (43241605) e 022 (43241612) foi demonstrada a essencialidade e o interesse público da contratação, para os fins do previsto no art. 3º do Decreto nº 8.540, de 2015.

### Da Utilização do Pregão Eletrônico

10. A escolha do Pregão Eletrônico, como modalidade de licitação, foi adequada, pois o serviço a ser contratado foi qualificado como comum pela unidade técnica (art. 6º, XIII, e art. 29 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 c/c Orientação Normativa AGU nº 54, de 2014) — item 16 do ETP (fls. 75 - SEI 43241636) e item 1.2 do Termo de Referência (fls. 130 - 43241650). Destaque-se que, à luz do art. 6º, XLI, da Lei nº 14.133, de 2021, somente é possível licitar o presente objeto sob o tipo menor preço ou maior desconto.

### Do Planejamento da Contratação

11. Preliminarmente, convém mencionar que a Advocacia-Geral da União (AGU) elaborou, em parceria com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), o Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação (IPP), que se caracteriza como um guia destinado a orientar gestores públicos em procedimentos de contratação. Recomenda-se que o planejamento da contratação seja realizado em conformidade com as diretrizes constantes do referido instrumento, que se encontra disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/manuais/manual-fase-interna>.

12. De acordo com a Lei nº 14.133, de 2021, a IN SEGES nº 58, de 2022, a IN SEGES/ME nº 81, de 2022 e a IN SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável, no que couber, por força da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, a Administração Pública deverá produzir os documentos abaixo durante a fase de planejamento da contratação:

a) documento para formalização da demanda;

b) estudo técnico preliminar;

- c) mapa(s) de risco;
- d) termo de referência.

13. Esses documentos foram juntados, sendo, respectivamente: fls. 009 e 022 (SEI 43241605 e 43241612), fls. 067 (SEI 43241636), fls. 050 (SEI 43241625) e fls. 127 (SEI 43241650).
14. Da análise dos documentos de formalização da demanda (fls. 009 e 022 (SEI 43241605 e 43241612), percebe-se que foram previstos os conteúdos do art. 8º do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, especialmente a justificativa da necessidade da contratação, o nome da área requisitante ou técnica com a identificação do responsável e a indicação da data pretendida para a conclusão da contratação.
15. Quanto aos estudos preliminares (fls. 067 - SEI 43241636), a equipe de planejamento deve certificar-se de que trazem os conteúdos previstos no art. 9º, da IN SEGES nº 58, de 2022, (descrição da necessidade, estimativa das quantidades, estimativa do valor, justificativa para o parcelamento, posicionamento quanto ao atendimento da necessidade a que se destina) o que aparentemente foi cumprido. Eventual não previsão de qualquer dos conteúdos descritos art. 9º, da IN SEGES nº 58, de 2022, deverá ser devidamente justificada no próprio documento, consoante art. 9º, § 1º, da IN SEGES nº 58, de 2022.
16. Acerca do Mapa de Riscos (fls. 050 - SEI 43241625), este materializa o gerenciamento de riscos. Lembre-se que deve ser elaborado no módulo de Gestão de Riscos Digital, consoante o item 5.2. do Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação: Advocacia-Geral da União: Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, 2023, disponível em <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/instrumento-de-padronizacao-dos-procedimentos-de-contratacao.pdf>.
17. Em atenção ao comando do art. 18, §1º, da IN SEGES/MP nº 05, de 2017, é essencial a previsão de tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e de recolhimento de FGTS, o que foi feito. Ainda conforme a IN SEGES/MP nº 05, de 2017, admite-se o uso da conta-depósito vinculada ou do sistema de pagamento pelo fato gerador, na hipótese, optou-se pelo uso da conta vinculada.
18. O Termo de Referência, ao seu turno, é o documento que deverá conter a definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação, a fundamentação da contratação, a descrição da solução, os requisitos da contratação, o modelo de execução do objeto, o modelo de gestão do contrato, os critérios de medição e de pagamento, a forma e critérios de seleção do fornecedor, as estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado e a adequação orçamentária (art. 6º, XXIII, da Lei nº 14.133, de 2021).
19. Em linha com o art. 19, IV, da Lei nº 14.133, de 2021, é recomendável a utilização do modelo disponibilizado pela Advocacia-Geral da União, a fim de garantir o conteúdo mínimo necessário, bem como a padronização e a celeridade na análise. No caso, consta dos autos o Termo de Referência, elaborado pela área requisitante, datado e assinado (fls. 127 - SEI 43241650), tendo o gestor atestado que adotou minuta padrão no Termo de Responsabilidade (fls. 180 - SEI 43241675).
20. Constatada a presença dos documentos mínimos exigidos nas normas, elucidamos a seguir pontos específicos do planejamento da contratação, considerados essenciais à avaliação da regularidade geral do presente procedimento.
21. A descrição da necessidade da contratação foi detalhada no ETP (fls. 67 - SEI 43241636). A justificativa da necessidade da contratação constitui questão de ordem técnica e administrativa, razão pela qual, a teor do Enunciado nº 07 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União, não deve esta Procuradoria se pronunciar conclusivamente acerca do mérito (oportunidade e conveniência) da motivação apresentada e das opções feitas pelo administrador, exceto na hipótese de afronta a preceitos legais, o que não nos parece ser o caso.
22. No item 1.1 do Termo de Referência o gestor especificou o objeto em grupos e itens, a nosso sentir, porém, a forma de apresentação não se coaduna com o art. 6º, XXIII, alínea "i", art. 23, § 1º, I, da Lei nº 14.133, de 2021, Súmula TCU nº 259, por analogia, uma vez que não fixa preços unitários máximos para cada componente do objeto (vide, por exemplo, o itens 2 e 3 do grupo 1, em que não é possível apurar quanto está previsto para cada função que o compõe). É preciso deixar evidente qual o valor unitário de cada posto, preferencialmente indicando o valor mensal e global, como informam as planilhas presentes no ETP, fls. 72 (SEI 43241636). Sendo assim, recomenda-se que reveja a disposição da planilha do item 1.1 do Termo de Referência, para explicitar os componentes unitários dos grupos/itens licitados.
23. Observe-se, ainda, que são vedadas especificações do objeto que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização (art. 9º, da Lei nº 14.133, de 2021). Portanto, o gestor deve tomar as devidas cautelas para assegurar que as especificações correspondam àquelas essenciais à contratação, sem as quais não poderão ser atendidas as necessidades da Administração. Neste sentido, convém repisar as diretrizes do subitem 1.1 do anexo V da IN SEGES/MP nº 05, de 2017, quais sejam:

*1.1. São vedadas especificações que:*

- a) por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitam, injustificadamente, a competitividade ou direcionam ou favoreçam a contratação de prestador específico;*
- b) não representem a real demanda de desempenho do órgão ou entidade, não se admitindo especificações que*

*deixem de agregar valor ao resultado da contratação ou sejam superiores às necessidades do órgão ou entidade;  
c) estejam defasadas tecnológica e/ou metodologicamente ou com preços superiores aos de serviços com melhor desempenho.*

24. Recomenda-se que a Administração se certifique de que as especificações técnicas previstas no Termo de Referência atendem às premissas acima citadas.

25. Deve haver indicação de qual será o regime de execução do contrato, elemento obrigatório, nos termos do art. 92, IV, da Lei n. 14.133, de 2021, o que foi cumprido na Cláusula Terceira do Contrato, que referencia o Termo de Referência, que por sua vez trata do tema no item 1.4 (fls. 130 - SEI 43241650).

26. Em se tratando de serviços contínuos, pode ser exigida certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos (art. 67, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021). No caso, o gestor inseriu a exigência de atestado de experiência pelo prazo mínimo igual ao da contratação (item 8.26.1 do Termo de Referência - fls. 149 (SEI 43241650), que foi previsto em 12 meses (item 1.3 - fls. 130 - SEI 43241650). Logo, a exigência está adequada.

27. Outro ponto relevante diz respeito ao parcelamento do objeto a ser contratado. Em havendo divisibilidade de natureza técnica e econômica, a regra geral é realizar a adjudicação por itens, tal qual previsto na Súmula TCU nº 247<sup>[2]</sup>. No caso de serviços, na aplicação do princípio do parcelamento, deverão ser considerados (art. 47, II, § 1º, Lei nº 14.133, de 2021):

*I - a responsabilidade técnica;*

*II - o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens;*

*III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.*

28. Acerca deste ponto, no item 9 do ETP (fls. 73 - SEI 43241636) foram apresentadas as razões da opção feita pela Administração, de licitar o objeto em grupo e itens. Em se tratando de aspecto referente à conveniência Administrativa, não nos compete imiscuir na escolha do gestor, sendo relevante apenas apontar as peculiaridades da matéria, como inserido acima.

29. No item 5.2 do Termo de Referência (fls. 132 - SEI 43241650) foram delineados, como parte dos requisitos da contratação, critérios e práticas de sustentabilidade.

30. Quanto ao orçamento, é dever da Administração, na contratação de serviços, elaborar planilha detalhada com a consolidação dos quantitativos e preços unitários e total da contratação (art. 6º, XXIII, "I", art. 18, IV, e § 1º, VI, da Lei nº 14.133, de 2021). Tendo em conta a natureza estritamente técnica do orçamento, a adequação da metodologia empregada para estimar os custos unitários da contratação escapa ao exame da assessoria jurídica, posto ser atribuição não afeta à formação jurídica e ao prisma da análise da estrita legalidade. Prudente, contudo, ressaltar alguns pontos considerados relevantes, a fim de melhor orientar, nesse particular, a atuação administrativa.

31. No caso de licitação para contratação de serviços a serem executados com dedicação exclusiva de mão de obra, como na espécie, a composição e o detalhamento dos custos do orçamento estimativo devem tomar como base o modelo de planilha de custos e formação de preços que consta do Anexo VII-D da IN SEGES/MP nº 05, de 2017, adaptado às características do serviço a ser licitado (art. 9º da IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021).

32. Ademais, se os custos de mão de obra são vinculados a algum instrumento coletivo, em princípio, pesquisas de preços junto a fornecedores para estimação de salários e benefícios não seriam apropriadas, pois os valores a serem pagos decorrem de pisos salariais estipulados por aqueles atos/negócios jurídicos. O que importa, nesse sentido, para fins de cálculo do orçamento, é que a estimativa dos custos da contratação seja realizada a partir do instrumento coletivo adequado. Outro não é o entendimento do TCU:

Boletim de Jurisprudência 197/2017

Acórdão TCU 2443/2017 Plenário (Representação, Relator Ministro Aroldo Cedraz)

Enunciado

O fato de o orçamento estimativo da licitação não considerar os salários definidos em convenção coletiva mais recente, a despeito da possibilidade de repactuação em seguida à assinatura do contrato, viola o art. 9º, § 2º, do Decreto 5.450/2005, uma vez que o orçamento estimativo deve refletir os preços de mercado no momento da publicação do edital.

33. Por conseguinte, apenas deverão ser realizadas pesquisas de preços em fontes diversas, com o objetivo de serem obtidos os preços de referência para a mão de obra, se existirem instrumentos coletivos aptos a regerem as categorias na respectiva base territorial. Nesse sentido, extrai-se da IN SEGES/MP nº 05, de 2017:

Anexo I

[...]

XXII. SALÁRIO: valor a ser efetivamente pago ao profissional envolvido diretamente na execução contratual, não podendo ser inferior ao estabelecido em Acordo ou Convenção Coletiva, Sentença Normativa ou lei. Quando da

inexistência destes, o valor poderá ser aquele praticado no mercado ou apurado em publicações ou pesquisas setoriais para a categoria profissional correspondente.

#### Anexo V

[...]

#### 2.9. Estimativa de preços e preços referenciais:

[...]

b) No caso de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o custo estimado da contratação deve contemplar o valor máximo global e mensal estabelecido em decorrência da identificação dos elementos que compõem o preço dos serviços, definidos da seguinte forma:

b.1. por meio do preenchimento da planilha de custos e formação de preços, observados os custos dos itens referentes ao serviço, podendo ser motivadamente dispensada naquelas contratações em que a natureza do seu objeto torne inviável ou desnecessário o detalhamento dos custos para aferição da exequibilidade dos preços praticados;

b.2. por meio de fundamentada pesquisa dos preços praticados no mercado em contratações similares; ou ainda por meio da adoção de valores constantes de indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes, se for o caso; e

b.3. previsão de regras claras quanto à composição dos custos que impactem no valor global das propostas das licitantes, principalmente no que se refere a regras de depreciação de equipamentos a serem utilizados no serviço.

34. Nesse particular, a Administração deve buscar se certificar de que o instrumento coletivo utilizado para compor o preço de referência da licitação realmente rege a categoria profissional envolvida na futura contratação dentro da base territorial onde os serviços serão desempenhados, confirmando, ainda, o período de vigência da mesma norma coletiva, em face do art. 614, § 3º, da CLT. Além disso, é necessária a juntada de cópia da convenção ou acordo coletivo utilizado como base para compor o orçamento estimativo da licitação, devendo ser observado pela Equipe de Planejamento da Contratação o disposto no art. 6º da IN SEGES/MP nº 05, de 2017, que veda a vinculação a qualquer disposição de instrumento coletivo que:

- a) trate do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada;
- b) cuide de matéria não trabalhista ou que estabeleçam direitos não previstos em lei (ex.: valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade);
- c) trate de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.

35. Dito isto, verifica-se que, no caso, a Administração apresentou planilhas de custos e formação de preços (fls. 168 - SEI 43241657), acompanhada das Convenções Coletivas que foram utilizadas (fls. 179 - SEI 43241668). Noutro giro, quanto aos custos decorrentes do mercado, não vinculados a qualquer instrumento coletivo ou tarifas públicas, a pesquisa de preços deverá ser executada de acordo com a IN SEGES/ME nº 65/2021. Na espécie, constam dos autos memorial com consolidação da pesquisa relativas aos insumos que estão incluídos nos custos do contrato (fls. 035 - SEI 43241624).

36. Às fls. 006 (SEI 43241603) está presente a Portaria SRRF02 233/2023, de designação das equipes de licitações e contratos da unidade administrativa. Em nossa compreensão, contudo, o art. 8º, §§ 1º e 5º, da Lei nº 14.133, de 2021, e os art. 3º e 4º do Decreto nº 11.246, de 2022, demandam a designação da(s) pessoa(s) que atuarão nas funções de *agente de contratação* e *equipe de apoio*. A Portaria de fls. 006 apenas indica quem compõe, de modo genérico, a "equipe regional de licitações", sem apontar se podem desempenhar as funções exigidas na lei, não suprimindo, assim, a demanda normativa, razão pela qual recomendamos o conserto.

37. Não foi previsto item exclusivo para Microempresa e Empresas de Pequeno Porte. Sua decisão neste quesito se coaduna com o comando do art. 6º, do Decreto nº 8.538/2015, uma vez que o valor dos grupos/itens é superior ao limite para afetação da exclusividade, que é de R\$ 80 mil. Ressaltando-se que, segundo a Orientação Normativa AGU nº 10, de 2009, a aferição desse valor considera o período de um ano da contratação.

38. Em atenção ao art. 6º, XXIII, "j", c/c art. 18, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, necessário demonstrar a previsão da existência de recursos orçamentários para fazer face às despesas decorrentes da futura contratação, o que foi feito por meio dos documentos de fls. 053 - SEI 43241629.

39. Alerta-se, ainda, para a necessidade de juntar ao feito, antes da celebração do contrato administrativo, a nota de empenho suficiente para o suporte financeiro da respectiva despesa, em atenção ao disposto no art. 60 da Lei nº 4.320/64.

40. Cite-se, finalmente, que consta no processo a lista de verificação prevista na Orientação Normativa SEGES nº 02/2016, documento de fls. 182 - SEI 43241678.

#### Das Minutas de Edital e Contrato

41. Quanto às minutas de Edital e de Contrato, a Lei 14.133/2021 (conforme art. 19, IV, c/c art. 25, § 1º) recomenda a utilização dos modelos padronizados disponibilizados pela assessoria jurídica e que eventuais alterações sejam destacadas e justificadas no processo (art. 19, § 2º).

42. A padronização de modelos de editais e contratos é medida de eficiência e celeridade administrativa e há muito tempo vem sendo recomendada pela CGU/AGU, o que foi feito pelo gestor no presente processo, conforme atestado no documento de fls. 180 - SEI 43241675.
43. Assim, a utilização da minuta padrão disponibilizada pela Assessoria Jurídica, ao tempo em que revela ser medida de eficiência, acaba por restringir a análise a ser elaborada por esta DICAJ/PRFN1, tornando-se desarrazoada a revisão minuciosa de cada cláusula da minuta trazida, pois tal medida iria, na verdade, de encontro à finalidade pretendida com a padronização, por tal razão analisa-se apenas as modificações indicadas no Termo de Responsabilidade.
44. As alterações/modificações declaradas pelo gestor no são, de modo geral, compatíveis com a adequação do objeto licitado à minuta padrão.
45. Na esteira da recomendação constante do parágrafo 22 supra, recomenda-se que a planilha constante do item 1.2, da Cláusula Primeira do Contrato (fls. 151 - SEI 43241653), também seja alterada para deixar claro o valor unitário e global de cada uma das funções que estão sendo contratadas.
46. Na esteira, o [PARECER nº. 0004, de 2022/CNMLC/CGU/AGU](#) (NUP: 00688.000716, de 2019-43), ao tratar sobre a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados nos modelos de licitação e contratos, fixou o entendimento de que, nos contratos administrativos, “[...] não constem os números de documentos pessoais das pessoas naturais que irão assiná-los, como ocorre normalmente com os representantes da Administração e da empresa contratada. Em vez disso, propõe-se nos instrumentos contratuais os representantes da Administração sejam identificados apenas com a matrícula funcional [...]. Com relação aos representantes da contratada também se propõe que os instrumentos contratuais os identifiquem apenas pelo nome, até porque o art. 61 da Lei nº 8.666, de 1993, e o §1º do art. 89 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, exigem apenas esse dado.”, o que deve ser observado pelo gestor.
47. Conforme art. 54, caput e §1º, c/c art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e do termo de contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, bem como em jornal de grande circulação.
48. Deve ser observado o prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, para a apresentação das propostas e lances, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto (art. 55, II, “a”, Lei nº 14.133, de 2021).
49. Após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

### III - CONCLUSÃO

50. Em face do exposto, manifesta-se essa Procuradoria pela regularidade jurídica do procedimento, desde que observadas as ressalvas constantes deste parecer, que resumimos:
- a) recomenda-se a juntada da autorização para a contratação, assinada pela autoridade competente, antes da efetiva assinatura do acordo (par. 7);
  - b) recomenda-se a revisão do item 1.1 do Termo de Referência, para explicitar os componentes unitários dos grupos/itens licitados (par. 22);
  - c) certifique-se de que as especificações técnicas previstas no termo de referência atendem as premissas do subitem 1.1, do Anexo V, da IN SEGES/MP nº 05, de 2017 (par. 23 e 24);
  - d) recomenda-se que junte aos autos a comprovação da designação do pregoeiro e equipe de apoio (par. 36);
  - e) recomenda-se a revisão da planilha constante no item 1.2, da Cláusula Primeira do Contrato, para indicar o valor unitário e global de cada uma das funções que serão contratadas (par. 45).
51. À consideração superior, com sugestão de devolução à SRRF02 para conhecimento e providências que entender pertinentes.

Documento assinado eletronicamente

RUBENS QUARESMA SANTOS

Procurador da Fazenda Nacional

Documento assinado eletronicamente  
CARLOS HENRIQUE ARAÚJO DA SILVA  
Procurador-Chefe da DICAJ/PRFN1

[1] "A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento." (Manual de Boas Práticas Consultivas aprovado pela Portaria Conjunta nº 01, de 2 de dezembro de 2016, Disponível em <https://www.gov.br/agu/pt-br/assuntos-1/Publicacoes/cartilhas/ManualdeBoasPraticasConsultivas4Edicaorevistaeampliadaversaopadrao.pdf>)

[2] SÚMULA TCU 247 - "É obrigatória, nas licitações cujo objeto seja divisível, a adjudicação por item e não por preço global, de forma a permitir uma maior participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para o fornecimento da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas."



Documento assinado eletronicamente por Rubens Quaresma Santos, Procurador(a) da Fazenda Nacional, em 02/07/2024, às 16:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Carlos Henrique Araujo da Silva, Procurador(a) da Fazenda Nacional, em 02/07/2024, às 16:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.economia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador 43293515 e o código CRC B3A8A9D0.